

SESSÕES DO PLENÁRIO

65ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de junho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Vando, Zé Neto e Zó. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Sidelvan Nóbrega comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 10/06/2015.

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve

ausente nas Sessões dos dias 01, 02 e 03/06/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra, para mudar um pouco a rotina, deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço questão de ler uma moção de repúdio em razão de atos ofensivos praticados pelo juiz César Batista, da comarca de Ipiaú, em face de representantes locais da Ordem dos Advogados do Brasil.

Quero registrar esse nosso repúdio e pedir a esta Casa que aprove e encaminhe para o órgão competente.

(Lê):- *“Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o plenário, que seja registrado nos anais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, e publicado nos órgãos de comunicação oficiais da Casa, MOÇÃO DE REPÚDIO, em face da postura do juiz César Batista de Santana, atualmente lotado na comarca de Ipiaú, cujos atos, resultantes de ofensas a representantes locais da advocacia, foram recentemente julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.*

A imprensa do Estado da Bahia, noticiou, na semana passada, a aplicação de pena de censura, porém já prescrita, ao juiz da comarca de Ipiaú-Ba, que se reportou à então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Ipiaú, utilizando expressões como 'bruaca', 'infértil' e 'solitária’, além de referir-se a outros dois profissionais da advocacia com os termos “ancião suicida', 'homossexual enrustido, fedorento e repugnante'

Há notícias, ainda, de que o juiz teria arrombado a sala dos advogados instalada no fórum da comarca de Ipiaú.

É lamentável, e digno de repúdio, que um magistrado, representante do Poder Judiciário no município de Ipiaú, e responsável pelo destino de inúmeros cidadãos cujos processos estão submetidos à sua jurisdição, utilize termos tão pejorativos e ofensivos para se dirigir a advogados, ou a quem quer que seja.

Ainda que tivessem sido lançadas contra ele afirmações que lhes pudessem ser ofensivas, a legislação brasileira dispõe dos instrumentos úteis à eventual responsabilização civil e penal, razão pela qual não existiam motivos para comportamento absolutamente inopinado e reprovável. A reação agressiva e insultante de um magistrado, além de violar os deveres que lhes são impostos pela lei orgânica da magistratura nacional, abalam a imagem do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Conforme amplamente noticiado pelos veículos de comunicação, a sindicância, que precedeu a instauração do processo administrativo disciplinar, não foi conduzida com a brevidade estabelecida pela lei, de sorte que prescreveu a penalidade de censura aplicada ao magistrado. A decisão registrou, ainda a baixa produtividade do juiz.

Conquanto seja respeitável a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do

Estado da Bahia, não podemos deixar o nosso registro de repúdio em face dos atos praticados pelo magistrado. A par da presente moção, é relevante que a Ordem dos Advogados do Brasil avalie a adoção de medidas perante o Conselho Nacional de Justiça, assim como aquelas pertinentes à responsabilização de natureza penal.

Isso posto, senhor presidente, requeiro que esta iniciativa, em nome da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, seja comunicada ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, assim como a seccional baiana da Ordem dos Advogados e a subseção da Comarca de Ipiauí.

Respeitosamente, Sala das Sessões, 29 de junho de 2015.”

Era isso, Sr. Presidente, que queria deixar aqui registrado, porque acho que é uma postura inadequada. Um juiz não pode tratar uma advogada, principalmente por ser mulher, da forma como ele fez.

Queria aqui pedir aos meus pares: agradeço muito a quem quiser subscrever essa Moção juntamente comigo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, quero aqui usar o Pequeno Expediente para tratar de três assuntos. Quero começar as minhas palavras parabenizando o melhor prefeito do Brasil, ACM Neto, por assinar hoje a outorga que irá reoxigenar o setor imobiliário de Salvador e impulsionar o crescimento de nossa capital nessa crise.

Quero também aqui trazer, deputado Adolfo Viana, que na última sexta-feira a Bancada de Oposição, no papel de seu Líder, entrou com um requerimento, junto ao Detran, pedindo a cópia dos contratos terceirizados daquela instituição. De posse desses contratos, a nossa assessoria jurídica analisará para que depois possamos tomar as atitudes cabíveis.

Quero dizer a imprensa e a esta Casa que começa o processo de discussão da LDO e a Oposição apresentou quatro emendas para acrescentar, deputado Carlos Geilson, e atender aos anseios da sociedade. Uma emenda consta de transparência, porque empresas independentes, a exemplo de Embasa, de Prodeb, de Egba, não apresentam no Fiplan a execução orçamentária. Então não tem como algum cidadão fiscalizar, contrariando até a Transparência e a Lei de Acesso à Informação.

Apresentamos também, deputado Luciano, de Caculé, uma emenda que garante 7% da receita líquida do Estado para as universidades estaduais da Bahia. Isso é um pleito antigo para que essas universidades possam ter a tranquilidade de se planejar para não ocorrerem mais greves, atrapalhando a vida de diversos alunos.

Apresentamos também uma emenda para que o Estado gaste, no mínimo, 1% da receita líquida em educação, saúde e segurança pública. E a quarta emenda para que o Estado gaste até 0,5% com propaganda, porque, desde os últimos governos do PT, se gasta muito mais em propaganda do que em segurança, saúde e educação.

Essas foram as quatro emendas que a Oposição apresentou. Esperamos o bom senso do governo, o bom senso do governador para que acate as nossas emendas, para que a LDO realmente represente, deputado Herzem Gusmão, a vontade e a voz da sociedade baiana.

Então torcemos para que haja uma boa vontade e uma sensibilidade para que o governo acate as nossas emendas. E quero aqui, deputado Alan Sanches, dizer, em nome da Bancada de Oposição, que eu li hoje, em toda a imprensa, sobre a forma desrespeitosa que exoneraram a irmã de V.Ex^a da Agersa, do governo do Estado. Quero dizer aqui, em nome dos partidos de oposição, que estamos de braços abertos para que, se V.Ex^a resolver caminhar ao lado da sociedade, caminhar ao lado de um projeto que venha a trabalhar pela Bahia e pelos baianos, a Oposição irá abraçá-lo porque sabemos da sua importância.

E aqui quero relatar: diversas vezes lhe liguei em relação à eleição para gozá-lo, para dizer que o seu candidato tinha traço, e o meu já passava os 50%. O senhor dizia: “Deputado Sandro Régis, eu sou um homem de projeto, estou no projeto para ganhar e para perder.” Infelizmente, o projeto que V.Ex^a tanto defendeu não o respeitou, não deu valor à capacidade, à altura e ao tamanho do grande Líder Alan Sanches na Assembleia, mas principalmente na capital baiana.

Estamos de braços abertos aguardando-o para filiação em um dos partidos de oposição.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, diria que de maneira não oficial, mas oficiosa, é fácil registrar que em toda a extensão da BR-116 Rio/Bahia, de Feira de Santana até a divisa de Minas Gerais, lembrando que de Vitória da Conquista até lá são pouco mais de 100 quilômetros, 105 a 110, os trechos mais perigosos onde existem mais acidentes - e graves, com vidas ceifadas - estão em território conquistense e também nas imediações de Planalto e Jequié. Há outra situação gravíssima na Serra do Mutum.

Mas, pelo território conquistense que a Câmara de Vereadores representa, ela acertadamente promoveu uma audiência pública com a presença inclusive de deputados estaduais e federais, representantes da Prefeitura, ANTT, ViaBahia e do CREA. Naquele momento, o deputado Arthur Maia apresentou uma sugestão para que seja criada uma Comissão que faça um trabalho de acompanhamento da Via Bahia, porque não sentimos nenhuma obra dessa concessionária nos trechos citados. Como a Câmara Municipal tem legitimidade sobre o território conquistense, há preocupação com os graves acidentes em Veredinha, Tabuleiro da Baiana e Lagoa de José Luiz, nas proximidades de Vitória da Conquista, entre Planalto e Poções. Então, através de uma resolução, aquela Casa criou uma Comissão Temporária para dar acompanhamento às obras da Via Bahia. Pelo menos a ANTT, o CREA e a própria

Via Bahia se prontificaram em participar dos trabalhos, além da Prefeitura, e aqui nesta Casa a Mesa Diretora ficou de indicar um representante, assim como também a Câmara Federal.

Mas qualquer parlamentar, deputado Luciano Ribeiro, que queira participar desta Comissão basta um ofício à Câmara se colocando à disposição para fazer um trabalho conjunto. E vamos precisar verdadeiramente de todos os deputados.

Faço um apelo ao grupo de parlamentares que fiscalizam as obras da Via Bahia. Ele já existe aqui. Fui convidado a participar por indicação do Líder Sandro Régis e espero que esse grupo dê o acompanhamento e uma atenção especial a esta Comissão criada através de uma resolução assinada pelo presidente da Casa, Vereador Gilzete Moreira.

Quero fazer um ou outro apelo. Há pouco conversava com o deputado Luciano Ribeiro e o Líder do Governo Zé Neto sobre Vitória da Conquista. Lá há um aeroporto regional que atende aquela região de Jequié, Guanambi, Itapetinga, Brumado, Bom Jesus da Lapa, Caculé, que é a terra do deputado Luciano Ribeiro. Hoje, recebi uma ligação do deputado Marquinhos Viana que estava preocupado, sem saber se conseguiria embarcar em Vitória da Conquista para Salvador por causa do mau tempo. Então quero fazer um apelo ao governo do Estado e já o fiz ao deputado Zé Neto: basta um equipamento de três milhões de reais e a aquisição de um ILS para que esses voos não sejam cancelados. Apresentamos esse apelo e esperamos a sensibilidade do governo. O atual aeroporto vai demandar dois anos para ampliar, para quem é otimista, pois chegamos à metade da pista, faltando ainda o terminal que sequer tem licitação para as obras.

Portanto está aí o registro, está aí o nosso apelo.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Alex.

O Sr. ALEX DE PIATÃ:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, *Canal Assembleia* e servidores desta Casa, quero colocar aqui que, nesses dias, melhor dizendo, antes do recesso do São João, tivemos uma sessão da Comissão de Saúde, e o nosso Presidente da Comissão, o deputado Alan, está aqui, quando fizemos verbalmente um requerimento para tratar de uma audiência pública referente ao efeito na saúde pública do nosso Estado do grande número de acidentes com motociclistas. Deixamos já pré-agendado e confirmado para, após o recesso, dia 11 de agosto, podermos fazer essa audiência.

Nesses dias de festejos, viajando, pude confirmar, mais ainda, o quanto é importante tratar desse assunto, porque a cada dia cresce mais o número de pessoas internadas nos hospitais e cresce cada vez mais a ocupação dos leitos por irresponsabilidade de muitos que usam motocicleta sem os equipamentos individuais de proteção, muitas das vezes usando bebida alcoólica o que acaba ocupando leitos de pessoas que precisam e estão esperando nas filas por outros motivos, diante da

irresponsabilidade de tantos que conduzem essas motos.

Pude ver, inclusive, a importância de tratarmos desse assunto e desta Casa, através da Comissão de Saúde e de todas as outras comissões, como a Comissão de Infraestrutura, para que possamos dar o máximo de atenção e a nossa contribuição para essa discussão e até, de fato, aprovarmos projetos de leis importantes, que temos aqui a respeito desse assunto para disciplinar melhor. Porque nos últimos dez anos - não tenho dados aqui da Bahia, mas do Nordeste - mais do que quadruplicou o número de motos e na Bahia não deve ter sido diferente.

Quando recebemos aqui uma superintendente da Regulação, ela deixou claro que, por dia, recebia de 30 a 40 pedidos de acidentados em motocicletas com traumas e com necessidade, muitas vezes, de UTI.

E temos visto crianças, jovens, às vezes, adultos com outras doenças não conseguirem vagas em hospitais, pois as vagas estão sendo ocupadas dessa forma.

Então, esse número de acidentados com motos tem sido muito crescente e tem sido alarmante. Não podemos deixar isso continuar, porque os dados nos mostram tais resultados.

E, na Comissão de Saúde, recebemos, também, o pessoal do Detran ou o pessoal de trânsito mostrando que se assim continuar nos próximos anos – não são muitos anos ou em um espaço curto dos próximos anos – vamos ter os nossos hospitais, totalmente, superlotados com traumas de acidentes, principalmente, acidentes com motos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Ao concluir, Sr. Presidente, quero, então, deixar registrado nesta Casa a importância desta audiência pública a ser realizada no próximo 11 de agosto de 2015 para que a gente possa mobilizar a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia junto aos outros órgãos do governo do Estado como as Secretarias da Saúde, de Infraestrutura, da Segurança Pública, Detran, etc, para que a gente possa dar um basta neste crescimento de acidentes que estão ocupando a grande maioria dos leitos de hospitais em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

Ao abrir mão de seu tempo, com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, primeiro, eu gostaria de fazer uma inversão na ordem dos oradores. Agora, falará o deputado Joseildo Ramos.

E, segundo, presidente, eu solicitei a questão de ordem para pedir uma

verificação de quórum da presente sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, aqueles que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, testemunhamos, nos últimos dias, um acontecimento que considero um dos mais importantes para a alteração em favor de um novo perfil econômico para o Estado da Bahia a partir da implantação da nova planta da BASF, a primeira na América do Sul, com investimentos da ordem de R\$ 1,75 bilhão.

É uma planta considerada, no Polo Industrial de Camaçari, de terceira geração. É uma planta que consolida uma direção contemporânea e alternativa para o antigo Polo Petroquímico de Camaçari.

Temos, hoje, um parque fabril integrado, o maior da América do Sul, onde se tem um polo industrial, um polo automotivo, um polo químico e, agora, um polo petroquímico consolidado, abrindo as portas para investimentos, deputada Maria del Carmen, da ordem e da dimensão de US\$ 20 bilhões até os dois próximos anos.

Isso significa que a Bahia tem, na previsão mais austera e mais conservadora, a possibilidade de entronizar, naquelas plantas, algo em torno de 30 mil novos postos de trabalho diretos com uma perspectiva de mais de 100 mil postos de trabalho indiretos. Isso fará com que a Bahia, a locomotiva do Nordeste, alce um voo mais alvissareiro neste momento em que a indústria do óleo e do gás dá demonstração de que é preciso criar alternativas para consolidar o novo perfil econômico a partir do antigo Polo Petroquímico de Camaçari.

E a visão do nosso governador, a partir do encaminhamento feito pelo ex-governador Jaques Wagner, aponta para a consolidação do maior polo do ponto de vista de atividades petroquímicas, químicas, automotivas e industrial de uma forma geral. Com isso, Camaçari e a Bahia passarão, doravante, ao largo de problemas conjunturais que levam à redução da capacidade de investimento nessas áreas.

Desses vetores que podem acometer este ou aquele setor da industrialização de Camaçari, na Bahia, como no ramo de óleo e gás, nós passaríamos ao largo pela diversificação do polo industrial de Camaçari. Com isso a Bahia logra a possibilidade de seguir adiante, imune ou pelo menos vendo ser mitigadas quaisquer possibilidades de redução, de atração de investimento para aquela área de criação de empregos na crise e, numa visão de futuro, aumentando os investimentos em transporte, logística, principalmente na abertura de novos investimentos no Porto de Aratu, propiciando à Dow Química e outros investimentos privados a triplicação da exportação de produtos agroquímicos e químicos no porto instalado em Candeias, o Porto de Aratu.

Portanto, Sr. Presidente, são essas informações que consideramos alvissareiras para o encaminhamento do desenvolvimento industrial na nossa querida Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado

Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, queria fazer uma consulta à Mesa Diretora através da pessoa de V.Ex^a.

Aprovamos aqui um projeto de lei estabelecendo emendas impositivas para os deputados estaduais, para esta Assembleia Legislativa. Não tenho conhecimento de que o governo esteja cumprindo com essa lei das emendas impositivas. Quero saber de V.Ex^a quais são as medidas que devemos adotar para que essa lei seja cumprida e possamos exercer o nosso mandato, de fato, com as prerrogativas que esta Casa tem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a está correto. Agora, se V.Ex^a puder esperar até amanhã, porque o Líder do governo, deputado Zé Neto, estará na Casa e poderá informar com mais detalhe como estão essas emendas que nós aprovamos aqui na Casa. Deputado Rosemberg, V.Ex^a, como Líder do PT, já pode falar pelo Líder Zé Neto?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, olhe bem. O deputado Zé Neto, inclusive, saiu daqui para discutir essas questões e me parece que já há o entendimento da Secretaria de Relações Institucionais para fazer uma reunião entre o Líder da Minoria e da Maioria para discutir essas questões. Mas eu sou mais ponderado e acho que V.Ex^a deveria consultar o Líder da Maioria para fazer isso.

Eu pedi aqui para fazer uma verificação de quórum para a continuidade da sessão, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu queria que a Mesa Diretora tomasse essas providências, porque, uma vez que aprovado, é um direito dos parlamentares exercerem as suas emendas. Eu acho que não cabe mais uma rodada de negociações para negociar o que já foi estabelecido por este Plenário.

Então, eu queria que V.Ex^a, amanhã, se possível, respondesse a essa indagação. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Claro, o presidente de direito, deputado Marcelo Nilo, está em Brasília hoje, mas, amanhã, ou eu, como vice, ou o presidente Marcelo, daremos notícia a V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis e depois do deputado Alan Sanches.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, só adicionando à fala do nobre deputado Adolfo Viana, eu quero dizer aqui tanto aos nobres deputados governistas como aos deputados de Oposição que a bola gira. Nós fomos governo ontem e somos Oposição hoje. Do jeito que vão, vocês serão Oposição muito mais rápido do que vocês estão imaginando.

E a questão da emenda impositiva é um patrimônio da Assembleia. Independente, qualquer que seja o lado, Governo ou Oposição, o deputado terá o

instrumento de exercer o seu mandato parlamentar. Então, eu gostaria de falar aqui para os deputados governistas, especialmente, que nesse momento esqueçam um pouquinho de servir ao governo e pensem no mandato de vocês. É a lei, a Casa aprovou. Nós não podemos entrar numa discussão da LDO sem ter um planejamento da execução das emendas impositivas, Sr. Presidente.

Então, esse é o apelo que faço a V.Ex^a. Eu sei que V.Ex^a é um deputado governista, mas V.Ex^a é um deputado independente, e isso se refere ao nosso mandato parlamentar.

Então, eu gostaria, só reiterando a questão de ordem do nobre e competente Adolfo Viana, eu gostaria de um posicionamento da Mesa Diretora sobre a questão da execução das emendas impositivas dos deputados estaduais.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a está coberto de razão, deputado Sandro Régis.

Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado-presidente, nosso 1º vice-presidente do PSD e da Casa, eu quero me associar a essa questão de ordem que, inclusive, eu tinha questionado já o presidente Marcelo Nilo sobre as emendas impositivas e o que a Assembleia poderia fazer, caso isso não tivesse sendo cumprido. Foi colocado no orçamento desta Casa, aprovado já no final do ano passado, isso é importantíssimo para as bases, para os representantes, que nós estamos aqui representando os nossos municípios, eu acho que é importantíssimo isso, e esta Casa tem que ter um posicionamento.

Concordo também com o deputado Adolfo quando ele diz que não cabe mais rodada de negociação. Eu acho que a sentada para negociar é, justamente, de que forma vai ser feita, porque não tem cabimento os deputados ficarem aqui solicitando uma ambulância, uma posteação de luz, iluminação, o que quer que seja.

Então, eu quero me associar aqui ao deputado Adolfo Viana, que iniciou essa questão de ordem, ao deputado Sandro e também esperar que amanhã, no retorno do nosso presidente Marcelo Nilo, a gente possa, realmente, definir de que forma essas emendas serão equacionadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a, deputado Alan, está completamente com a razão, lei é para ser cumprida.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Rosemberg, deseja falar de novo? Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Olhe bem, para encerrar essa questão, tem da Bancada do PT também esse entendimento, de que as emendas impositivas, elas não requerem mais discussão sobre a sua aplicabilidade. A discussão é, obviamente, nós entendemos a situação que passa, nesse momento, o Estado da Bahia, é de como fazer isso, acho que há também, pelo que eu senti aqui, esse entendimento. Eu sugeri que o Líder da Oposição e o Líder do governo conversassem com o secretário de Relações Institucionais, não para debaterem a validade ou não das emendas, mas a

aplicabilidade delas dentro das condições.

Nesse sentido, gostaria de que V.Ex^a fizesse a verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não havendo número suficiente para a continuidade da sessão, declaro a mesma encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*